



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2021-0117
BI-2021-0125

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 25/11/2021 **Hora:** 14h10 **Tipo:** Plano Operacional (PO-2021-0001)

Inspetor responsável: Luis MAS. Machado

Outros inspetores da IRA: Paulo M. Pires

Outros técnicos de entidades oficiais: -

Descrição da inspeção:

A inspeção teve como objetivo verificar o cumprimento das normas relativas à utilização de gases fluorados com efeitos de estufa – GFEE – (Regulamento (UE) n.º 517/2014, de 16 de abril, e Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro).

No local foi contactada a responsável da qualidade Ana Vanessa Rocha, que forneceu os esclarecimentos e documentação solicitados.

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: J. H. Ornelas & CA Sucessor, Lda. **NIPC/NIF:** 512000956

Sede/morada: Avenida Infante Dom Henrique, 45

Código Postal: 9500-150 **Freguesia:** Ponta Delgada (São Sebastião)

Concelho: Ponta Delgada **Ilha:** Ilha de São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: J.H. Ornelas - Oficina Auto São Miguel

Endereço: Nordela

Código Postal: 9500-241 **Freguesia:** Santa Clara

Concelho: Ponta Delgada **Ilha:** Ilha de São Miguel

Atividade: Manutenção e reparação de veículos automóveis **CAE:** 45200



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente



Figura 1 - Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

2.1 – Relativamente a intervenções em equipamentos verificou-se o seguinte:

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) As atividades que envolvam contacto com o gás realizadas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor, independentemente da carga dos mesmos, são executadas por pessoas singulares certificadas, pertencentes a empresas certificadas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) As atividades que envolvam contacto com o gás realizadas em camiões e reboques refrigerados, extintores e sistemas fixos de proteção contra incêndios, comutadores elétricos e as intervenções que envolvam contacto com solventes à base de GFEE, independentemente da carga dos mesmos, são executadas por pessoas singulares certificadas para o efeito?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) As intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, são executada por pessoas singulares titulares de um atestado de formação?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) Por cada intervenção em equipamento fixo de refrigeração, ar condicionado, bomba de calor, extintor ou sistema de proteção fixo contra incêndios, o técnico deve observar os procedimentos estabelecidos pelo organismo de certificação, devendo manter uma cópia da ficha de intervenção durante, pelo menos, 5 anos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
e) A entidade: <ul style="list-style-type: none">que presta serviços a terceiros em equipamentos de aquecimento, ar condicionado e ventilação;que presta serviços a terceiros em sistemas fixos de proteção contra incêndios e extintores de incêndios;que efetua intervenção em sistemas de ar condicionado instalados em veículos ligeiros (oficinas);que efetua intervenções em comutadores elétricos; comunicou à autoridade ambiental os dados sobre compra e venda de gases fluorados, até 30 de junho de cada ano?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações relativamente aos requisitos anteriores:

c): A empresa dispõe de um colaborador, Roberto Mário Mota Melo, com certificado n.º 6/2017 de formação profissional de atestação de técnicos de sistemas de ar condicionado auto, emitido em 01/06/2017 pela TTT – Technical Training Team.

e): A entidade não comunicou à autoridade ambiental, até 30/06/2021, os dados sobre compra e venda de GFEE relativos ao ano de 2020. Remeteram, por lapso, a comunicação à APA para efeitos de demonstração do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, e não o exigido pelo n.º 4 do mesmo artigo e diploma.

Obs: A entidade dispunha, na oficina, de 2 equipamentos móveis de carregamento de ar condicionado, um para o fluído R-134a e outro para o R-1234yf.

2.2 – Relativamente à compra e venda de gases fluorados com efeitos de estufa verificou-se o seguinte:

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) A entidade que adquire ou fornece GFEE elaborou e mantém e um registo com informações relativas aos compradores e vendedores de gases, nos termos do anexo I do DL 145/2017?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Os registos mencionados na alínea anterior são mantidos durante um período de pelo menos 5 anos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) O importador ou distribuidor de GFEE comunicou à autoridade ambiental os dados sobre compra e venda de gases fluorados, até 30 de junho de cada ano?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Observações relativamente aos requisitos anteriores:

a): A entidade não dispunha de um registo, nos termos definidos nos n.ºs 3 e 4 do anexo I do DL 145/2017.

2.3 – Relativamente à venda de equipamentos não hermeticamente fechados ao utilizador final verificou-se o seguinte:

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) A empresa vendedora mantém um registo com as provas fornecidas de que a instalação de um equipamentos não hermeticamente fechado vendido diretamente ao utilizador final é efetuada por uma empresa certificada?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) Os registos mencionados na alínea anterior são mantidos durante um período de pelo menos 5 anos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Observações relativamente aos requisitos anteriores:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

4 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) A entidade, enquanto oficina que efetua intervenções em sistemas de ar condicionado instalados em veículos a motor das classes M1 e N1, ligeiros de passageiros e ligeiros de mercadorias, não comunicou à autoridade ambiental, até 30 de junho de 2021, os dados de compra e venda de gases fluorados com efeito de estufa (GFE) relativos ao ano de 2020, conforme previsto no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, constituindo contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do mesmo diploma e punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 2);
- b) A entidade não dispunha de um registo, nos termos definidos no anexo I do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, em incumprimento da obrigação de estabelecer registos das informações relativas aos compradores e aos vendedores dos gases fluorados com efeito de estufa, em violação do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do mesmo diploma, constituindo contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea a) do n.º 3 do artigo 23.º do mesmo diploma e punível nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €24 000 a €5 000 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 4).

5 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Envio do relatório à autoridade ambiental regional (DRAAC), para conhecimento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente
